

## Breve introdução ao TRIPS (Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights)

O acordo TRIPS (Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights) entrou em vigor em 1995, após a conclusão da Rodada do Uruguai, que havia sido iniciada em 1986, quase dez anos antes, e levou ao estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC). Na realidade, o TRIPS compõe um dos diversos tratados que foram negociados ao longo deste período no âmbito do GATT, com o objetivo fundamental de promover o livre comércio. Vale lembrar que, desde a Rodada de Tóquio, o principal objetivo das negociações do GATT girava em torno da redução de barreiras comerciais não-tarifárias. Ou seja, visava-se reduzir os tipos de medidas protecionistas que não eram diretamente relacionadas às tarifas sobre importações e exportações, mas que mesmo assim implicavam em uma diminuição do comércio global. Uma destas barreiras era a crescente onda de violações aos direitos de propriedade intelectual. Foi neste contexto que se iniciou o debate sobre a criação/intensificação da regulamentação dos direitos intelectuais em nível internacional.

De acordo com Donald G. Richards, “a função básica do acordo TRIPS é estabelecer e controlar padrões internacionais mínimos para a proteção da propriedade intelectual” (2004, p.5). Por padrões mínimos nos referimos à um conjunto de regras básicas que procuram regular o acesso e a distribuição à bens imateriais em âmbito internacional. Isso, porém, não significa que o TRIPS promove a homogeneização das legislações nacionais a respeito dos direitos de propriedade intelectual. Ao contrário, o TRIPS propõe apenas padrões mínimos, e deixa em aberto a possibilidade de cada estado estender a proteção conforme desejar. Alguns países optaram por adotar, em algumas áreas, regras mais restritivas do que as exigidas pelo tratado, os chamados *TRIPS-plus*. Da mesma forma, o Brasil, por exemplo, optou por abdicar do período de ajuste de cinco a dez anos que havia sido concedido aos países em desenvolvimento.

De acordo com Duncan Matthew;

“The TRIPs Agreement built upon the legal base provided by earlier WIPO conventions, including those of Paris and Berne, but also constituted much more

than a simple re-codification of international law. On the one hand, the TRIPs Agreement was an exercise in updating and revising conventions administered by WIPO but, on the another level, its novelty lay in the fact that for the first time in international law there was an obligation to provide minimum standards of intellectual property protection of a real binding character” (Matthews, 2002, p. 46).

As novidades introduzidas pelo TRIPS são, fundamentalmente, duas. Em primeiro lugar, como destaca Marisa Gandelman, as convenções de Paris e Berna foram criadas repetindo as leis domésticas de cada estado signatário e esforçando-se em adequar-se à elas, e não ao contrário. Por outro lado, no sistema do TRIPS, são os estados que devem se adequar às leis supranacionais, modificando as suas respectivas legislações domésticas em função das exigências do acordo (Gandelman, 2004). Isso significa que o acordo TRIPS compõe, efetivamente, um quadro de leis que se sobrepõe às legislações dos estados signatários, limitando significativamente sua autonomia. Em segundo lugar, o acordo TRIPS, ao contrário de seus predecessores, é resguardado pelo mecanismo de resolução de conflitos criado pela OMC. Isso significa que os estados membros estão sujeitos à retaliação em caso de desrespeito às normas contidas nos 73 artigos que fazem parte do acordo.

Como vimos, o acordo TRIPS foi negociado em conjunto com os demais acordos comerciais que compõe a OMC. Porém, o que deve ficar claro é que o TRIPS difere dos demais acordos comerciais na medida em que ele procura regular o fluxo de um tipo específico de objeto: o conhecimento.

Para os defensores do TRIPS, os acordos sobre a propriedade intelectual garantem ao inventor/produtor o direito de usufruir exclusivamente do conhecimento que, supostamente, ele próprio produziu a partir do seu trabalho individual<sup>1</sup>. Desta maneira, ao regular o acesso e a distribuição da propriedade intelectual, o TRIPS estimula os inventores/produtores individuais a se engajarem em atividades criativas e inovadoras, ao invés de simplesmente copiarem o que já existe. O resultado final da proteção à propriedade intelectual seria um aumento real do conhecimento. Em havendo maior quantidade de “produtos intelectuais” disponíveis no mercado, a tendência é que mais pessoas tenham acesso ao

---

<sup>1</sup> No mais das vezes, não são os direitos dos autores individuais que são resguardados pelo TRIPs, mas os direitos das empresas que contratam os serviços. Trata-se, efetivamente, da ideia romantizada do “inventor solitário”.

conhecimento a custos mais baixos. O TRIPS, portanto, sob esta ótica, estimula a difusão do conhecimento e facilita o acesso à estes bens.

Por outro lado, aqueles que criticam o acordo argumentam que o TRIPS é uma ferramenta para a criação de monopólios sobre produtos carregados de valor intelectual. Ou seja, a partir do TRIPS, empresas farmacêuticas, por exemplo, ganham o direito de restringir o acesso a medicamentos que poderiam, de outra forma, salvar vidas. Igualmente, empresas ligadas ao setor de tecnologia e informática poderiam cobrar preços mais elevados por seus produtos devido a ausência de competição. Setores ligados à agroindústria e à biotecnologia poderiam monopolizar a produção de sementes mais resistentes à pragas, espécies animais e vegetais relevantes para a indústria de remédios, etc. Além do mais, no plano internacional, alguns autores, como Carlos M. Correa, por exemplo, caracterizam o acordo TRIPs como:

“... a form of ‘technological protectionism’ imposed by the United States with the aim of consolidating an international division of labor under which northern countries generate innovations and southern countries constitute the market for the resulting products and services” (Richards, 2004, p. 10).

A passagem acima chama atenção para o fato de que a proteção à propriedade intelectual em nível supranacional contribui para a manutenção da desigualdade entre países centrais e periféricos. Isso se deve à divisão internacional do trabalho, que aglutina nos países do Norte as atividades intensivas em capital e tecnologia, e relega os países do Sul às atividades pouco lucrativas e intensivas em mão de obra. Esta perspectiva, como veremos mais adiante, está a par com as ideias de Wallerstein sobre o funcionamento do sistema-mundo capitalista moderno.

Para Donald G. Richards, a tensão entre a criação de monopólios e o incentivo à atividade produtiva aparece para alguns como uma questão de encontrar o equilíbrio ideal entre proteção e inovação. Ele diz que:

“Standard economics justifications for intellectual property rights typically commence by recognizing that IPRs entail an inherent contradiction. On the one hand, welfare is maximized in a competitive economy by the free and complete availability of information. On the other hand, the production of knowledge and knowledge-intensive goods requires, as does any production in a market-based economy, incentives. Such incentives will be lacking in a regime that does not provide some restrictions on the access to information. This contradiction has led

many economists to pose the problem in terms of ‘optimal’ IPRs” (Richards, 2004, p. 7).

Esta abordagem enfatiza a capacidade dos direitos de propriedade intelectual em criar incentivos suficientes para que o produtor sinta-se seguro de que poderá desfrutar dos benefícios de sua invenção. Ao mesmo tempo, enfatiza a necessidade de impedir que os direitos exclusivos sobre a propriedade constriam a livre concorrência. Muito embora esta abordagem seja plenamente satisfatória para regular a propriedade intelectual em âmbito doméstico, creditamos que em nível internacional tal equilíbrio seja, na melhor das hipóteses, um pensamento idealista. Isso porque o sistema internacional apresenta duas características fundamentais que constroem tal tipo de comportamento cooperativo.

Em primeiro lugar, o sistema internacional é composto por múltiplas autoridades políticas que competem entre si em um ambiente de anarquia. Queremos dizer com isto que cada estado tentará obter para si vantagens comparativas em relação aos demais. O sistema internacional é marcado pela competição, e não pelo desejo cosmopolita direcionado à criação de bens públicos.

Em segundo lugar, o sistema internacional é marcado pelo abismo econômico que separa os países centrais daqueles que se encontram na semiperiferia e periferia. O sistema internacional, como argumenta a teoria do sistema-mundo, é, para além da anarquia, também hierárquico. Esta diferença fundamental faz com que seja improvável que os interesses dos países mais pobres convirjam com o interesses dos países mais ricos. Como regra geral, os países mais pobres procuram melhorar a sua situação no cenário internacional em relação aos países desenvolvidos. Por outro lado, os países mais ricos procuram manter o *status quo* reproduzindo as relações de exploração entre centro e periferia. Esta perspectiva não se resume às teorias do sistema-mundo. Por exemplo, Stephan Krasner, argumentando de um ponto de vista realista estrutural, diz que:

“Third World states want power and control as much as wealth. One strategy for achieving this objective is to change the rules of the game in various international issue areas. In general, these efforts will be incompatible with long-term Northern interests. Relations between industrialized and developing areas are bound to be conflictual because most Southern countries cannot hope to cope with their

international vulnerability except by challenging principles, norms, and rules preferred by industrializing countries” (Krasner, 1985, p. 3).

Acima, citamos o argumento de Krasner não porque concordamos com ele integralmente, mas porque ele nos permite ver como a clivagem entre Norte e Sul influencia nos interesses dos Estados, dependendo da sua posição no sistema internacional. De acordo com a perspectiva de Krasner, os países do Sul tentarão modificar os regimes internacionais existentes de forma a reduzir a vulnerabilidade que os Estados menos desenvolvidos apresentam no que diz respeito às normas do funcionamento de uma economia de mercado. Krasner afirma que:

“As a group, the developing countries have consistently endorsed principles and norms that would legitimate more authoritative as opposed to more market-oriented modes of allocation. Authoritative allocation involves either the direct allocation of resources by political authorities, of indirect allocation by limiting the property rights of nonstate actors, including private corporations” (Krasner, 1985, p. 5).

De acordo com Krasner, os países do Norte apoiariam regimes internacionais liberais, enquanto os países do sul apoiariam regimes autoritários, do ponto de vista da alocação de recursos. Porém, conforme vemos argumentar, embora concordemos com a diferença entre países do Norte e do Sul, argumentaremos, seguindo a teoria de Wallerstein, que todos os estados procuram sempre alavancar as vantagens comerciais por meios autoritários, no vocabulário de Krasner, ou extra-econômicos, no vocabulário marxista. A construção e manutenção de monopólios que beneficiem um determinado grupo de capitalistas é uma das atividades primordiais do estado capitalista moderno. Ou seja, a tentativa de controlar a alocação de recursos não é uma exclusividade dos países do Sul.

## 1.1

### **A especificidade da propriedade intelectual**

Ao tratar sobre o regime de propriedade intelectual, devemos ter em mente que o sistema internacional não é homogêneo do ponto de vista da distribuição de riquezas e da capacidade produtiva. Muito pelo contrário, o sistema internacional se caracteriza pela existência de uma divisão internacional do trabalho efetiva

dentro do que Wallerstein chama de uma economia-mundo. Esta economia-mundo é fragmentada politicamente em diversas unidades soberanas, chamadas Estados. Estes Estados ocupam posições diferentes dentro das cadeias produtivas e mercantis que compõe a divisão internacional do trabalho. Enquanto os Estados centrais aglutinam atividades capital-intensivas, gerando mercadorias com alto valor agregado, países periféricos encontram-se relegados à condição de exportadores de matérias primas e, quando muito, consumidores dos produtos produzidos pelos países centrais. Além dos centros e das periferias, existe também um terceiro grupo de países denominados semi-periferia. As semi-periferias (como o Brasil, por exemplo) caracterizam-se por possuir algum grau de capacidade produtiva industrial doméstica, porém, com considerável defasagem tecnológica em relação aos países centrais.

É evidente que em condições como as tais, a criação e a expansão de direitos de propriedade intelectual em nível global tenderá a ter efeitos diametralmente inversos nos países centrais, semi-periféricos e periféricos. Como afirma Donald G. Richards:

“The issue is further complicated when we turn to the open economy and recognize that the world is composed of a variety of national experiences that differ in terms of their needs for and ability to produce knowledge-based goods and services. Not surprisingly, developed countries such as the United States, Japan, and the European nations are strong advocates for strengthening the global IPR regime, while the less developed countries face considerable increases in the cost of imported goods, services, and technology transfers as a result of such strengthening. In between is a third group whose position is ambiguous. This group, which includes India, Brazil, Mexico, and several East Asian nations, have in common with the poorer countries a need to access and imitate innovations that emanate from the technologically advanced parts of the world. They are also characterized by increasing, in some cases quite sophisticated, capacities for technological innovation and product development” (Richards, 2004, p. 53).

Na passagem acima, Richards distingue entre as três áreas da economia-mundo que correspondem à divisão que havíamos proposto anteriormente entre centro, periferia e semi-periferia. Cada uma destas três áreas possui capacidades produtivas distintas e, portanto, sofrem consequências também distintas no que diz respeito aos direitos de propriedade intelectual. Percebe-se de imediato, como nos mostra Richards, que;

(1) “it is clear that the TRIPS is primarily motivated by a desire of the United States and other industrialized countries ... to secure for themselves

monopoly Power in the production and sale of certain commodities and processes in the global economy at large” (p. 62);

(2) “the TRIPS agreement was motivated precisely in order to provide stronger global protection to industries whose output have been found easy to imitate. Intellectual property is, in fact, often defined as involving commodities characterized by high fixed costs but very low, or zero, marginal costs of production” (p. 63).

(3) “Clearly the primary targets of the TRIPS agreement, as well as those who provided the strongest resistance to the agreement, are constituted by those countries, such as India and Brazil, that have a substantial indigenous research and development capacities” (p. 72).

Vemos que a emergência dos direitos de propriedade intelectual em âmbito internacional deriva, em grande medida, da desigualdade produtiva/tecnológica que existe entre os Estados que compõem a economia-mundo. É de fundamental importância reconhecer que o problema da propriedade intelectual só se coloca em nível internacional a partir do momento em que determinados países semi-periféricos desenvolvem capacidade doméstica suficiente para *reproduzir* as mercadorias idealizadas no centro. Estas mercadorias reproduzidas pelos países semi-periféricos a custos mais baixos (em função dos salários mais baixos pagos fora das áreas centrais da economia-mundo) apresentam maior competitividade no mercado global em relação às mesmas mercadorias produzidas nos países centrais. Por isso mesmo os países desenvolvidos, na década de 70, começaram a reivindicar o aumento e a universalização da proteção à propriedade intelectual, majoritariamente produzida nos países centrais.

A especificidade da propriedade intelectual refere-se ao fato de que ela se direciona exclusivamente às mercadorias que possuem alto custo de desenvolvimento, porém baixo custo de produção e reprodução. Esta categorização abrange mercadorias como *chips* de computador, *softwares*, produtos químicos, remédios, peças audiovisuais, etc. Não por acaso, estas mercadorias são, em geral, idealizadas nos países desenvolvidos e manufaturadas em países semi-periféricos, onde a mão de obra é mais barata.

Ao longo deste trabalho argumentaremos, tendo em vista o que foi dito acima, que o regime internacional de proteção à propriedade intelectual deve ser entendido à luz das dinâmicas desiguais que compõe a economia-mundo.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta apresentação. Na primeira parte discutiremos as teorias de regime como apresentadas pelas escolas neorrealista e neoliberal. No segundo capítulo, discutiremos o conceito de propriedade tanto material quanto imaterial. Nosso objetivo é mostrar que a instituição da propriedade é um conjunto de direitos que regulam a interação entre indivíduos e definem a forma como a riqueza é distribuída entre os membros de uma sociedade. No terceiro capítulo, trabalharemos com mais detalhes o conceito de sistema-mundo. Temos como objetivo mostrar que a economia-mundo capitalista é marcada pela hierarquia e pela concorrência entre Estados pelas melhores condições de acumulação de capital. No quarto e último capítulo faremos uma leitura do desenvolvimento do regime de propriedade intelectual durante o século XX. Nosso objetivo é explicar os movimentos que condicionaram o surgimento dos TRIPS, assim como as consequências deste acordo.